



CBH PRETO-DF INFORMA



>>> EXPEDIENTE

Presidente: Gilmar Batistella

Vice-presidente: Paulo L. Kruger

Secretário-geral: Cláudio Malinski

Equipe ABHA DF

Supervisora administrativa: Karine Karen

Auxiliar administrativa: Camila Areal

Assessora de comunicação: Mariana Libânio

Escritório de apoio - ABHA Gestão de Águas

SAUS quadra 4 lote 09/10, sala 934.

Ed. Victoria Office Tower

Cep: 70070938 Brasília - DF

>>> SOBRE

O segundo semestre de 2025 foi de muito diálogo e participação em atividades conjuntas com os demais comitês distritais.

Destaque para os debates sobre a cobrança pelo uso da água e a participação no 2º Fórum Brasil das Águas.

➤➤➤ PALAVRA DO COMITÊ

Nos últimos meses o CBH Preto-DF esteve presente em pautas e debates importantes relacionados à gestão das águas. Destaco a participação no Fórum das Águas, momento extremamente enriquecedor, pois tivemos a oportunidade de conhecer as experiências de diversos comitês de bacias, observando suas práticas e formas de gestão dos recursos hídricos.

Muitas bacias enfrentam desafios semelhantes aos da nossa, o que inclui o alto consumo de água para irrigação e os conflitos resultantes desse uso intenso. Esses desafios não se restringem apenas a disputas entre produtores, mas também envolvem usinas hidrelétricas e outras demandas. Assim, pudemos entender como eles lidam com a resolução desses conflitos e a gestão das bacias, o que foi bastante interessante. Além disso, essa experiência contribuiu para ampliar nosso conhecimento sobre a gestão dos comitês. Muitas vezes, nos limitamos a conhecer apenas os problemas da nossa própria bacia.

Participar de um fórum como esse nos permite expandir nossos horizontes e perspectivas. Observamos ainda alguns projetos relacionados à aplicação dos recursos arrecadados através de cobranças, como eles são planejados e executados. Isso é valioso, pois podemos começar a vivenciar essa realidade no futuro, com projetos e propostas para

melhoria da gestão das águas na região da Bacia do Rio Preto.

A implantação da cobrança no Distrito Federal está temporariamente suspensa em virtude de questionamentos dos produtores dos canais comunitários de irrigação.

A pauta foi trazida ao comitê e debatida em reunião conjunta com outros comitês distritais onde ficou definido que nesse primeiro momento, esses usuários ficariam isentos de pagamento, mas precisam atualizar os valores da outorga.

A realidade dos canais hoje é bem diferente de anos atrás, pois a maioria passou por obras de revitalização, o que reduz o consumo, deixando um descompasso entre os valores definidos na outorga e o consumo.

É importante lembrar que os usuários de canais são em sua maioria agricultores familiares, com baixo consumo de água.

A previsão para retorno da cobrança é em agosto para demais públicos, porém esses usuários precisam atualizar os valores de outorga o mais rápido possível.

Gilmar Batistella - presidente do CBH Preto-DF



REUNIÃO CONJUNTA DO CRH-DF E COMITÊS DE BACIAS DISTRITAIS REFORÇA IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES ENTRE OS ENTES DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DF



Membros e convidados do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal e Comitês de Bacias Distritais (CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF) participaram, no dia 3 de abril, da Reunião Conjunta para dialogar pautas de interesse comum.

A primeira parte da reunião foi iniciada com as boas-vindas dadas pelo Suplente do Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Glauco Amorim da Cruz, posteriormente o vice-presidente do CBH Paranaíba, Fábio Bakker, fez uma fala destacando a necessidade do diálogo entre os instrumentos de gestão, os planos de recursos hídricos e os membros, estimulando a integração e participação de todos os envolvidos. Ele ressaltou que trazer aspectos

sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba ainda em fase de construção ao CRH-DF é importante para que o conselho possa se envolver no debate e também contribuir.

Dando seguimento a pauta conjunta dos entes, uma equipe da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), falou sobre a experiência da ANA sobre o enquadramento e informações sobre o PIRH e as estratégias para integração com o CBH Paranaíba-DF.

O coordenador de projetos da ANA, Márcio Araújo, apresentou uma série de ações que vem sendo desenvolvidas pela agência ao longo dos últimos anos, no sentido de estabelecer procedimentos que auxiliem na



integração e troca de informações entre os diversos entes envolvidos na gestão dos recursos hídricos.

A coordenadora de qualidade da água e enquadramento, Ana Paula Generino, complementou a apresentação falando sobre o desafio do enquadramento ao analisar a situação atual da bacia hidrográfica, do uso e ocupação do solo e do uso dos recursos hídricos. Ela pontuou que os instrumentos precisam atuar de forma a mudar a realidade da bacia e que o enquadramento sozinho não é capaz de promover todas as melhorias necessárias para a recuperação de um corpo hídrico.

Na sequência, o CRH seguiu o seu ponto de pauta que tratou da minuta de moção sobre

Áreas de Proteção de Mananciais (APM), no processo de revisão do PDOT-DF. A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, apresentou uma versão da moção com algumas contribuições.

O documento recomenda à Secretaria de Estado Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, Secretaria de Estado Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal – SEMA que as APMs e as áreas de recarga de aquíferos, no processo de revisão do PDOT ora conduzido pela SEDUH, tenham proteção efetiva no zoneamento do território.

Após apresentação ficou definido que o documento será analisado na próxima reunião do Conselho, para apreciar melhor para levar aos órgãos e analisar os desdobramentos possíveis da Moção.



»»» ANA E ADASA CAPACITAM COMITÊS DISTRAIS SOBRE COBRANÇA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS

A segunda parte da reunião conjunta entre os comitês de bacias distritais e o Conselho de Recursos Hídricos-DF abordou os estágios da cobrança, exemplos de aplicação de recursos e a experiência em âmbito nacional.

A assessora da superintendência de recursos hídricos da Adasa, Vandete Maldaner, trouxe dados sobre o andamento da cobrança, a expectativa de arrecadação, os setores mais atingidos e os projetos desenvolvidos com os recursos.

Ela ressaltou a importância dos comitês de bacias no processo de debate e aprovação da cobrança pelo uso da água e na próxima etapa de esclarecimento e divulgação dos benefícios. Segundo dados levantados pela agência, o comitê do Paranaíba-DF, terá a maior arrecadação, seguido do Preto-DF e Maranhão-DF.

O coordenador de outorgas da Adasa, Saulo Gregory Luzzi, mostrou os números da outorga

e quem são os usuários atingidos pela cobrança. De acordo com ele, a maioria das outorgas atualmente são de captações superficiais e as principais finalidades pagantes serão para abastecimento humano e irrigação.

Em caso de divergência entre a outorga e a captação, uma das dúvidas levantadas pelo coordenador da Câmara Técnica, Mauro Felizatto, o outorgado deverá procurar a Adasa para regularizar uso e outorga, a fim de evitar pagamentos indevidos.

O superintendente de recursos hídricos, Gustavo Carneiro, destacou que alguns usuários já estão procurando a Adasa para ajuste de outorga e alertou que a agência

deverá intensificar a fiscalização no próximo ano.

Para esclarecer dúvidas sobre a emissão dos boletos, o servidor Clésio Araújo, da coordenação de arrecadação e cobrança da Adasa, mostrou o passo a passo para a emissão dos boletos no site da Adasa.

A reunião conjunta (60ª RE do CBH Paranaíba-DF, 33ª RE do CBH Maranhão-DF e 25ª RE do CBH Preto-DF) surgiu a partir de uma demanda dos comitês para acelerar a capacitação da cobrança pelo uso da água entre os membros e interessados.



A experiência nacional

Buscando esclarecer questionamentos quanto a aplicação dos recursos da cobrança, as gestoras da ANA, Mariana Lírio e Grace Matos apresentaram um resumo histórico das ações da agência ao

longo dos anos, observando como o aprimoramento de normas, enquadramento de despesas e padronização dos planos de ação ao longo dos anos, permitiu maior eficiência na aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.



Muitas dúvidas surgiram durante a reunião quanto a adequação das demandas da bacia aos recursos disponíveis para o custeio, a escolha da entidade delegatária e compras e contratação de serviços. Mariana Lírio salientou que é preciso avaliar a qualidade dos gastos e que várias normas e procedimentos podem ser pactuados entre comitês, entidade delegatária e órgão gestor, definindo as responsabilidades e obrigações nos contratos de gestão.



A reunião conjunta (60ª RE do CBH Paranaíba-DF, 33ª RE do CBH Maranhão-DF e 25ª RE do CBH Preto-DF) surgiu a partir de uma demanda dos comitês para acelerar a capacitação da cobrança pelo uso da água entre os membros e interessados.



MEMBROS DO CBH PRETO-DF PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO DA ADASA SOBRE COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA E TFU



No dia 4 de abril, membros do CBH Preto-DF, irrigantes locais e interessados participaram de capacitação oferecida pela Adasa sobre Cobrança pelo uso da água e a Taxa Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos – TFU-NP.

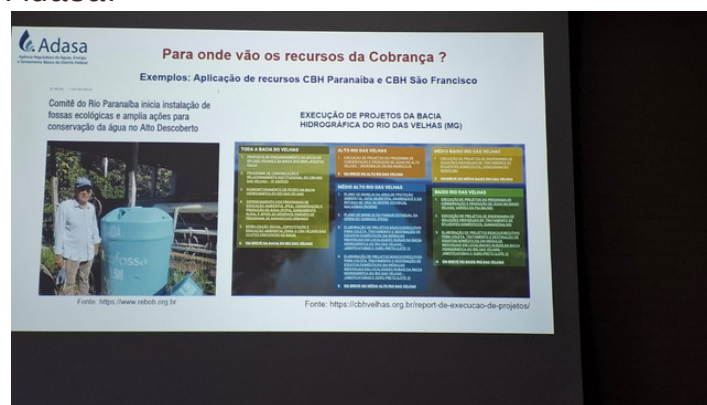
A reunião ocorreu na sede da Coopa-DF, na região do PAD-DF, com o propósito de esclarecer dúvidas, explicar a função tanto da remuneração quanto da taxa e auxiliar na emissão dos boletos.

Durante a explanação, foi ressaltado que tanto a cobrança e a TFU-NP são destinadas àqueles que movimentam grandes volumes de água, por meio de

captações superficiais ou subterrâneas, ou que lançam quantidades significativas de efluentes em corpos hídricos de domínio do DF.

A representante da Adasa, Adriana Maniçoba, mostrou ainda projetos financiados com recursos da cobrança, já implantados na porção federal da Bacia do Rio Preto, que beneficiaram em 2024 produtores locais, como a reforma de canais de irrigação e construção de tanques lonados.

Destacando que os valores a serem pagos neste exercício correspondem ao ano anterior (2024), com base no volume de água concedido pela outorga da Adasa.



2ª FÓRUM BRASIL DAS ÁGUAS: COMITÊS DISTRITAIS DEBATEM DESAFIOS E SOLUÇÕES EM TORNO DA ÁGUA.



Durante 5 dias, o 2º Fórum Brasil das Águas foi palco de importantes debates para o fortalecimento da governança das águas no Brasil. O evento aconteceu do dia 5 ao dia 9 de Maio, em João Pessoa (PB).

Nessa edição do Fórum, estiveram presentes os três presidentes dos comitês distritais, além do secretário do CBH Paranaíba-DF e representantes titulares da Adasa nos comitês de bacias.

Com o tema central Água: Responsabilidade de Todos, o 2º Fórum buscou ampliar o diálogo sobre políticas públicas, inovações tecnológicas e práticas sustentáveis que possam garantir a segurança hídrica no Brasil, que tem enfrentado crises hídricas recorrentes em diversas regiões num contexto de mudanças climáticas.

Foram diversos painéis, com temas variados como mudanças climáticas, fortalecimento das representações na gestão das águas, saneamento básico, água e desenvolvimento, outorga,

fiscalização, entre outros. O corte de recursos destinados ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos também repercutiu durante o Fórum. Isso porque a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, traz cortes no orçamento da ANA, colocando em risco a sustentabilidade orçamentária do setor de recursos hídricos do país.

A 49ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizada durante o 2º Fórum Brasil das Águas, aprovou moção recomendando a recomposição do orçamento da ANA em prol da continuidade de ações do SINGREH. O documento também recomenda que os recursos das bacias hidrográficas sejam repassados integralmente aos comitês de bacias onde foram arrecadados e à ANA para que ambos possam desenvolver ações de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de fortalecimento dos entes do SINGREH, além da operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Nacional.

Com informações da ANA



➤➤➤ REUNIÃO CONJUNTA DOS COMITÊS DISTRITAIS PROPÕE ADIAMENTO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA PARA USUÁRIO DE CANAIS

Os comitês de bacias distritais (CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF e CBH Preto-DF) se reuniram, no dia 15 de maio, em reunião conjunta extraordinária de cada CBH para debaterem a suspensão da cobrança da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio do Distrito Federal.

Acatando a um pedido de alguns usuários de canais, majoritariamente da região da Bacia do Rio Preto, a Adasa optou pela suspensão da Cobrança e da TFU no dia 25 de abril. Posteriormente foi feita uma reunião com a diretoria dos comitês para dialogar sobre a melhor forma de construir uma solução no que resultou na convocação desta reunião conjunta.

Para iniciar os debates da reunião, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, apresentou uma síntese das discussões, no âmbito do Grupo de Trabalho no Conselho de Recursos Hídricos em 2019, onde mostrou que os índices para cobrança acompanham os parâmetros e índices usados por outros comitês de bacias com os pagamentos instituídos.

O presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella, relatou que foi procurado pelos usuários de alguns canais que questionaram os critérios e valores da cobrança para o setor. O argumento é de que os canais são comunitários, de uso coletivo, ligados à associações de produtores e a vazão foi calculada segundo o valor total do consumo e não individualizada por produtor, o que levaria a maioria deles a se encaixar nos critérios de usos insignificantes.

Outro argumento é de que as outorgas estariam desatualizadas e com valores acima dos usos atuais, já que com a tubulação e manilhamento de boa parte dos canais da região, houve redução da captação.

O representante da ABES e coordenador da Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF, Mauro Felizatto, ressaltou a necessidade de atualização das outorgas e de medição dos valores de captação afim de subsidiar tecnicamente às decisões.





Foi destacado pela presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, que parte da tubulação e construção de melhorias aos irrigantes da região é oriunda de recursos da Cobrança pelo uso da água, provenientes da porção federal da bacia. Ela destacou que a cobrança reverte em benefícios para a população das bacias.

Considerações

Com intensa participação dos membros na proposição de encaminhamentos possíveis, os apontamentos mais recorrentes foram:

- A grande maioria dos irrigantes é proveniente de agricultura familiar ou cultivo de subsistência, e o comitê deve considerar algumas realidades específicas;
- A suspensão da cobrança não poderia ter sido realizada sem a comunicação e consulta aos comitês;
- A formalização dos ritos é importante e necessária para dar andamento e fortalecimento ao pleito;

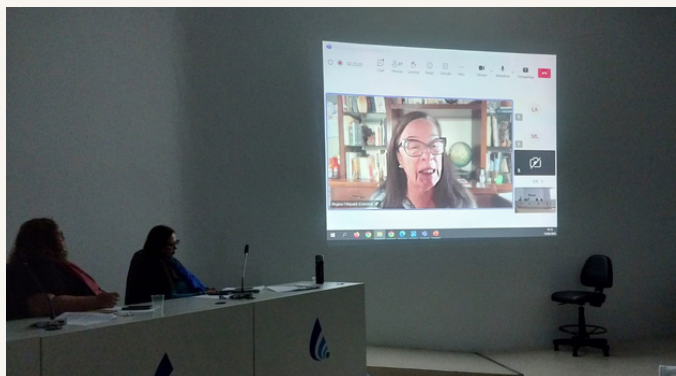
- É preciso intensificar as campanhas de regularização e ajuste das outorgas de acordo com os usos, afim que alcançar o maior número possível de usuários pagantes;
- Aumentar a fiscalização para aferição das outorgas e captações.

O representante da Adasa no CBH Preto-DF, Israel Pinheiro Torres, esclareceu que a suspensão foi cautelar, considerando o vencimento dos boletos, o que poderia tornar parte dos usuários dos canais inadimplentes.

Ao final, foram apresentados quatro encaminhamentos, sendo escolhido, com 14 votos, a proposta que será encaminhada à Adasa com a seguinte redação:

“Adiamento da Cobrança apenas para os usuários de canais até o dia 31 de outubro de 2025. Neste período deverá ocorrer a revisão das outorgas. (Retomar a Cobrança para os demais)”.

Esteve presente na reunião, o diretor presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro, que reiterou a parceria da agência com os comitês de bacias.

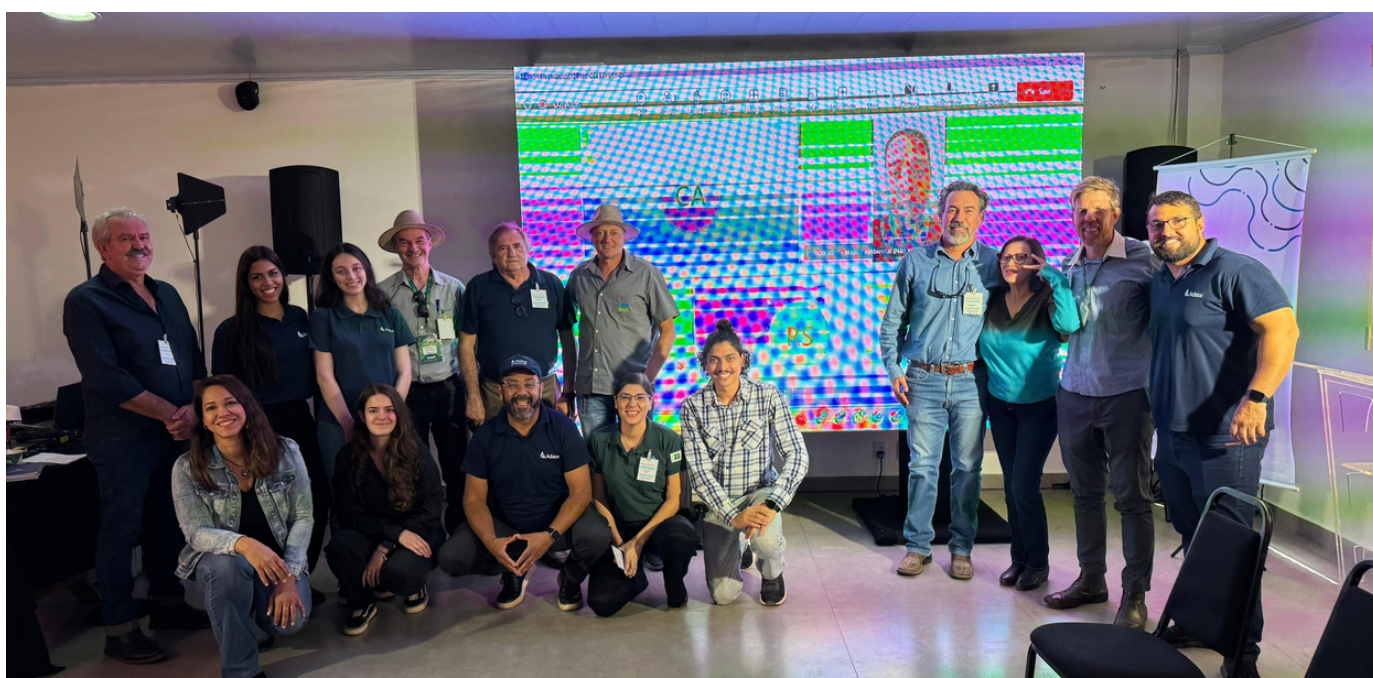


Durante a reunião conjunta também foi mencionada a participação dos comitês distritais no 2º Fórum Brasil das Águas também foi pauta da reunião. A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, fez um breve relato sobre os painéis e oficinas do evento, com destaque para a elaboração de uma moção criticando o

contingenciamento no orçamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, o que deverá afetar o funcionamento dos comitês de bacias no país. Ela ressaltou que a aprovação da moção também foi levada aos debates do Conselho Nacional de Meio Ambiente, pelos representantes dos comitês.



>>> CÂMARA TÉCNICA APROVA PLANO DE TRABALHO COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO



Realizada durante a 33ª AgroBrasília, a 3ª Reunião da Câmara Técnica aprovou o Plano de Trabalho para as atividades de 2025. Entre as propostas, o acompanhamento da implementação do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH), traçando estratégias necessárias para a execução

no que compete ao CBH Preto-DF. O coordenador da CT, Cláudio Malinki, agradeceu a Adasa pela parceria e disponibilidade para auxiliar os produtores locais. O representante da Adasa no CBH Preto-DF, Israel Pinheiro Torres, reforçou a necessidade dos irrigantes atualizarem as outorgas de acordo com os usos, pois tanto



a Cobrança pelo uso da água e a Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos, serão calculados com base nos valores definidos na outorga.

Disponibilidade Hídrica

A baixa disponibilidade hídrica na região dos afluentes da bacia do Rio Preto no Distrito Federal é uma preocupação para os moradores e produtores locais, que há algum tempo buscam soluções para minimizar os efeitos principalmente no período de seca. Além da alocação negociada da água, em 2024 foram aprovados os Marcos regulatórios da Bacia do Rio Jardim e Ribeirão Extrema, que definiram regras de uso da água. Dando sequência a essas ações, o presidente do CBH Preto, Gilmar Batistella informou que na próxima semana, a Adasa irá se reunir com produtores locais, para discutir a situação hidrológica da região e debater ações para o enfrentamento do período da seca em 2025.

PGIRH

O coordenador da CT sugeriu que o comitê comece a pensar propostas de ação e definam um plano de prioridades para serem realizadas no âmbito da bacia, com os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

Presente na reunião, a presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista, sugeriu que o CBH Preto-DF acompanhe os desdobramentos do debate sobre a revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito

Federal, que devem especificar as necessidades e prioridades na bacia.

Licenciamento ambiental

O presidente do comitê informou que a diretoria recepcionou um encaminhamento feito pelos irrigantes da região, acerca de proposição de procedimento de simplificação de licenciamento ambiental para sistemas de irrigação de grande porte. A sugestão é que a carta seja entregue ao governador Ibaneis Rocha, ao presidente o Brasília Ambiental, Roney Nemer e secretário de agricultura, Rafael Borges. A representante do Brasília Ambiental, Marina Lopes, sugeriu que a carta também seja entregue a Secretaria de Meio Ambiente. Ao final da reunião, os presentes visitaram a feira AgroBrasília.



➤➤➤ ADASA E COMITÊS DE BACIAS DISTRAIS SE REÚNEM PARA DEBATER TFU E COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA.



Membros das diretorias dos três comitês de bacias distritais se reuniram, a convite da Adasa, para debater possíveis ajustes na Taxa de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos (TFU) e na Cobrança Pelo Uso da Água, instrumento importante da Política Nacional de Recursos Hídricos. Implantada no início de 2025, a Cobrança e TFU foram suspensas temporariamente no final de abril em função de solicitações apresentadas por usuários, principalmente de canais comunitários, acerca dos valores cobrados.

A proposta da reunião foi ouvir os comitês sobre o tema, e também apresentar análises estratégicas e propostas técnicas voltadas para a melhoria dos sistemas de cobrança, com foco no equilíbrio no uso dos recursos hídricos. A agência também informou que a Cobrança deverá ser retomada no segundo semestre.

A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, reforçou a necessidade de intensificar a comunicação aos usuários pagantes sobre emissão de boletos e atualização de outorgas, para

evitar desequilíbrio entre uso e cobrança.

O diretor-presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro afirmou que a Adasa deverá fazer um reforço no diálogo com o setor agropecuário e de usuários de canais para sanar dúvidas.

Lembrando que a cobrança é uma conquista da sociedade, o presidente do CBH Maranhão-DF, Marcelo Benini destacou que é preciso equidade no tratamento de todos os usuários da bacia, e que as situações de exceção precisam ser, o mais brevemente, solucionadas.

O presidente do CBH Preto-DF, Gilmar Batistella, lembrou que nesse primeiro momento os canais comunitários de irrigação não serão cobrados, mas é preciso intensificar as campanhas para atualização de outorgas entre esses usuários.

Os comitês realizaram duas reuniões conjuntas para falar sobre o tema da Cobrança, seus recursos, aplicação e posteriormente a suspensão. Dessa reunião saiu um encaminhamento à Adasa recomendando o “Adiamento da Cobrança

apenas para os usuários de canais até o dia 31 de outubro de 2025. Neste período deverá ocorrer a revisão das outorgas. (Retomar a Cobrança para os demais)”. Lembrando que os pequenos e médios usuários individuais de recursos hídricos não serão impactados com a CBRH e a TFU, apenas os usos significativos e com benefícios econômicos relevantes.

Com informações e imagens da Adasa



Próximas atividades do comitê

26/08 – 4ª Reunião da Câmara Técnica

11/09 - 43ª Reunião Ordinária

**CBH PRETO NAS
REDES SOCIAIS**

